

案件編號：第 302/2025 號（刑事上訴案）

日期：2026 年 7 月 23 日

重要法律問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤
- 簽發空頭支票罪
- 罪數
- 量刑 緩刑

摘 要

1. 審查證據方面明顯有錯誤，是指法院在審查證據並認定事實過程中，明顯有違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則，或明顯違反職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

2. 支票是社會經濟生活中常見的支付手段，建立於買賣、租賃、服務、借貸等基礎交易之上，其背後對應的是債券債務關係的消滅、轉移與清償。當債務人（出票人）將支票交付予債權人（持票人）時，原有的債務在法律上並未立即消滅，只有當債權人（持票人）於規定期限內向銀行提示付款且得到銀行的足額兌付時，原有的債權債務關係才正式消滅。

3. 支票屬於「無條件支付的委託」，在向銀行提示付款時，銀行只會兌現票面上填寫的完整金額。當支票的基礎債務有變更時，支票簽發

人（出票人）可作廢原來的支票，重新簽發新支票。無論如何，支票簽發人（出票人）在法律上承擔著保證支票能夠足額兌現的義務，如因欠缺存款餘額而使支票不獲全額支付，在支票被拒付之時，便構成《刑法典》第 214 條規定及處罰的「簽發空頭支票罪」且為既遂。

4. 當第一張支票因支票賬戶餘額不足而被銀行退回、行為人再簽發一張或多張空頭支票用以替代被拒付的支票時，因被害人以及支票所對應的債權債務是相同的，並未侵害新的被害人或財產利益，之後簽發的支票只是第一張被拒付支票的替代品或犯罪手段的延續，後行為被前行為所吸收，亦應以一罪論處。

5. 本案，上訴人簽發的第一張支票已經提示付款並因存款不足而被拒付，另外兩張支票是在催告之後才發出的，後面的兩張支票與前一張支票金額所依據的債務和金額雖有部分重疊，但整體並不相同，更有添加了其他債項，不符合以新支票替代舊支票並將舊支票作廢的情況，不能以一罪論處。

裁判書製作人

周艷平

澳門特別行政區中級法院 合議庭裁判書

編號：第 302/2025 號（刑事上訴案）

上訴人/嫌犯：(A)

日期：2026 年 7 月 23 日

一、 案情敘述

在初級法院刑事法庭第 CR4-24-0050-PCC 號合議庭普通刑事案中，合議庭於 2025 年 2 月 14 日作出判決，裁定：

1. 嫌犯(A)

- 以直接正犯、連續犯及既遂方式觸犯一項澳門《刑法典》第 214 條第 1 款及第 2 款 a 項結合第 196 條 b 項之規定及處罰「簽發空頭支票罪(相當巨額) 」(涉及輔助人(B))，判處一年六個月徒刑；
- 以直接正犯及既遂方式觸犯兩項澳門《刑法典》第 214 條第 1 款及第 2 款 a 項結合第 196 條 b 項之規定及處罰「簽發空頭支票罪(相當巨額) 」(涉及輔助人(C))，分別判處一年六個月及一年徒刑；
- 以直接正犯、連續犯及既遂方式觸犯一項澳門《刑法典》第 214

條第 1 款及第 2 款 a 項結合第 196 條 b 項之規定及處罰「簽發空頭支票罪(相當巨額)」(涉及被害人(D))，判處兩年徒刑；

➤ 數罪並罰，合共判處三年六個月實際徒刑。

2. 判處嫌犯(A)向以下受害人作出賠償，並附加自判決作出日至完全支付賠償之法定利息：

- 判處民事被請求人(A)向民事請求人(B)支付財產賠償壹佰零壹萬伍仟壹佰玖拾玖元叁角澳門元(MOP1,015,199.30)。

3. 基於證據不足，根據澳門《刑事訴訟法典》第 74 條規定，本案未能依職權就受害人(D)的損失定出損害賠償金。

*

嫌犯(A)不服，向本院提起上訴（上訴理由闡述載於卷宗第 896 頁至第 946 頁），在此視為全文轉錄。

上訴人在其上訴理由闡述結論部分，以分條縷述方式陳述了其上訴依據及上訴請求之理由。¹

¹ 上訴人(A)提出以下理據（上訴理由闡述之結論部分）：

CONCLUSÕES:

1^a Vem o presente recurso interposto do douto Acórdão, proferido nos vertentes autos, que condenou a aqui Recorrente pela prática de 4 crimes de cheque sem provisão, a) sendo um crime pela entrega ao Assistente (B) de dois cheques no montante de MOP\$500,000.00 (quinhentas mil patacas) cada um, pelo que foi a ora Recorrente condenada na pena de um ano e seis meses de prisão; b) outro crime pela entrega à Assistente (C) de um cheque no montante de MOP\$477,477.00 (quatrocentas e setenta e sete mil

quatrocentas e setenta e sete patacas), pelo que foi condenada na pena de um ano e seis meses de prisão; c) outro crime pela entrega à mesma Assistente (C) de dois cheques no montante de MOP\$206,000.00 (duzentas e seis mil patacas) e MOP\$20,600.00 (vinte mil e seiscentas patacas), pelo que foi condenada na pena de um ano de prisão; d) e um último crime de cheque sem provisão pela entrega ao Ofendido (D) de dois cheques no montante de MOP\$2,000,000.00 (dois milhões de patacas) cada um, pelo que foi a ora Recorrente condenada na pena de dois anos de prisão; e) sendo ainda a Recorrente condenada a pagar o montante de MOP\$1,015,199.30 (um milhão e quinze mil e cento e noventa e nove patacas e trinta avos), e, em cúmulo jurídico, condenada a aqui Recorrente numa pena única de três anos e 6 meses de prisão efectiva, e a Recorrente retende limitar o seu recurso ao conteúdo do douto Acórdão que se refere aos cheques sem provisão identificados acima nas alíneas b), c) e d);

2ª Resulta claramente que a douda decisão recorrida, interpretada de per si, com a experiência comum e com os elementos dos autos nela acolhidos, se encontra inquinada do vício constante do art. 400º, nº 2 alínea c) do Código de Processo Penal - erro notório na apreciação da prova;

3ª O cheque de MOP\$477,477.00 não se destinou ao pagamento das rendas de Outubro e Novembro de 2022, porque a renda prevista contratualmente era de valor mensal de HKD\$100,000.00, destinando-se antes ao pagamento de, pelo menos, 4 ou 5 rendas, duas em atraso e, pelo menos mais duas ou três rendas pagas antecipadamente;

4ª O cheque de MOP\$206,000.00 destinou-se a pagar as duas rendas em atraso de Outubro e Novembro, em substituição do cheque de MOP\$477,477.00, e o cheque de MOP\$20,600.00 destinou-se a pagar 10% de juros pelo atraso no pagamento das rendas de Outubro e Novembro;

5ª A Recorrente deixou então de pagar as restantes rendas antecipadamente, que não eram então devidas pela Senhora e Assistente nos autos, por ter falhado à Arguida e Recorrente o pagamento de que estava à espera para poder cobrir os cheques na conta bancária, só sendo então devidas as rendas de Outubro e Novembro;

6ª O douto Acórdão não declarou que o cheque de MOP\$477,777.00 foi efectivamente substituído pelo cheque de MOP\$206,000.00, substituição aceite pela Senhora e Assistente, e por isso laborou em erro;

7ª O mencionado cheque de MOP\$477,777.00 ficou sem efeito e desprovido da virtualidade de constituir meio de pagamento, não podendo ser apresentado na entidade policial nem em juízo como cheque sem provisão, nem consubstanciando a prática pela Arguida e Recorrente de um crime de cheque sem provisão;

8ª Esses referidos factos inquinam este segmento do douto aresto recorrido do vício de erro notório na apreciação da prova, previsto no art. 400º, nº 1 alínea c) do Código de Processo Penal, devendo ser tal decisão revogada pelo Venerando Tribunal de Segunda Instância, e proferido douto Acórdão que determine o reenvio do processo para novo julgamento, nos termos admitidos no art. 418º, nº 1 do mesmo diploma legal, relativamente a toda a matéria de facto objecto do vertente recurso;

9ª O douto Tribunal a quo não deu por provado que a sociedade comercial propriedade da Arguida e Recorrente devia à sociedade comercial propriedade do Ofendido (D), em virtude de obras de construção efectuadas no âmbito de um contrato existente entre as duas empresas, o montante total de MOP\$6,000,000.00 (seis milhões de patacas), e devia o ter feito, porquanto foi o próprio Ofendido que juntou aos autos o documento denominado Account Statment (Extracto de Conta), que se encontra ora a fls.

fls. 351 a 354 dos autos, para justificar o seu crédito de 6 milhões de patacas e os cheques sem provisão entregues pela Arguida e Recorrente para seu pagamento;

10ª O douto Acórdão recorrido não considerou como facto provado que o Ofendido (D) declarou ser a dívida da empresa da Arguida e Recorrente no montante de MOP\$2,300,000.00 (dois milhões e trezentas mil patacas), e devia tê-lo feito;

11ª O douto Acórdão não deu importância nem destacou a circunstância das conclusões periciais da Polícia Judiciária referirem que, da análise da troca de mensagens entre a Arguida e Recorrente e o Ofendido (D) respeitante aos cheques em causa, ter resultado a conclusão de que a empresa da Arguida e Recorrente devia à empresa do Ofendido a quantia de MOP\$4,950,000.00 (quatro milhões e novecentas e cinquenta mil patacas), e devia tê-lo feito;

12ª O douto Tribunal a quo não relevou a confissão feita pelo Ofendido (D) em audiência de julgamento, segundo a qual tinha recebido da Arguida e Recorrente o montante de MOP\$6,900,000.00 (seis milhões e novecentas mil patacas) pelas obras de construção efectuadas, pagas por esta em meados de 2023, e devia o ter feito e considerado o facto provado, porque o Ofendido produziu declaração contra o seu próprio hipotético interesse, não havendo por isso razões para pensar que estaria a faltar à verdade;

13ª O douto Tribunal a quo, na sua douta decisão, entendeu que a Recorrente, deliberadamente, deixou de pagar o dinheiro que prometeu a cada pessoa, designadamente ao Ofendido (D), determinando assim que a maioria dos factos constantes das acusações e da petição inicial do pedido civil no vertente caso são verdadeiros, quando a verdade é que o douto Tribunal a quo deveria ter decidido no douto Acórdão que proferiu a final que a Recorrente efectuou o pagamento dos dois cheques de MOP\$2,000,000.00 cada um

ao Ofendido (D), através do recebimento por parte deste do montante de MOP\$6,000,000.00 ou MOP\$6,947,818.68 a meio do ano de 2023;

14ª Este é um facto da maior importância na estrutura decisória, porquanto tal comportamento de efectivo pagamento por parte da Recorrente dos cheques anteriormente havidos como cheques sem provisão, constitui uma conduta destinada a reparar as consequências do crime, e ao abrigo do disposto no art. 65º do Código Penal, deveria ser determinante na aplicação em concreto da medida da pena, o que não aconteceu no caso presente e objecto deste recurso, porque a condenação da Recorrente em pena de 2 anos de prisão pelo cometimento do crime de emissão de cheque sem provisão relativo à emissão dos dois cheques de MOP\$2,000,000.00 foi estabelecida sem consideração da circunstância, que depõe em favor do agente, de ter sido por ela efectuado o pagamento ao Ofendido após o cometimento do crime;

15ª Pode a Recorrente aspirar a uma menor pena de prisão parcelar, caso o douto Tribunal, em reapreciação da questão, venha a considerar na sua nova decisão o efectivo pagamento posterior das quantias incorporadas nos dois cheques sem provisão;

16ª Todos os erros apontados à dita decisão objecto do vertente recurso inquinam este segmento do douto aresto recorrido do vício de erro notório na apreciação da prova, previsto no art. 400º, nº 1 alínea c) do Código de Processo Penal, devendo ser tal decisão revogada pelo Venerando Tribunal de Segunda Instância, e proferido douto Acórdão que determine o reenvio do processo para novo julgamento, nos termos admitidos no art. 418º, nº 1 do mesmo diploma legal, relativamente a toda a matéria de facto objecto do vertente recurso;

17ª Não pode a Recorrente conformar-se com a pena concreta de 3 anos e 6 meses de prisão efectiva que os Mmos. Juízes a quo entenderam aplicar à sua conduta, por ser a mesma desproporcionada e

inadequada nos termos legais, devendo aquela pena merecer censura em sede de consideração da dosimetria da medida concreta da pena única e não suspensão da pena de prisão;

18ª No presente caso, a reconsideração de alguns dos factos constantes do douto Acórdão recorrido que foram determinantes na aplicação em concreto das várias penas parcelares, e depois também a pena única decorrente do cúmulo jurídico, mereceriam diversas penas de prisão parcelares e de menor severidade;

19ª Relativamente ao cheque sem provisão no montante de MOP\$477,477.00, emitido e entregue pela Recorrente à Assistente (C), foi aquela condenada numa pena parcelar de prisão de um ano e seis meses, e quanto aos cheques sem provisão nos montantes de MOP\$206,000.00 e MOP\$20,600.00, entregues à mesma Assistente, foi a Recorrente condenada a uma pena parcelar de prisão de um ano, mas a douta decisão recorrida, na aplicação em concreto das referidas penas parcelares de prisão, não teve em conta o facto de o cheque de MOP\$477,777.00 ter sido efectivamente substituído pelo cheque de MOP\$206,000.00, substituição aceite pela Senhoria e Assistente;

20ª O sobredito cheque sem efeito e desprovido da virtualidade de constituir meio de pagamento, e, por isso, não podia o cheque de MOP\$477,777.00 ser apresentado na entidade policial nem em juízo como cheque sem provisão, nem consubstanciando a prática pela Arguida e Recorrente de um crime de cheque sem provisão, devendo ser revogada a sobredita pena parcelar de prisão de um ano e seis meses;

21ª A dívida da empresa da Arguida e Recorrente no montante de MOP\$2,300,000.00, como declarou o Ofendido (D), ou no montante de MOP\$4,950,000.00, como estabeleceu a Polícia Judiciária no seu relatório pericial, e o recebimento por parte do Ofendido (D) do montante de MOP\$6,900,000.00, ou de MOP\$6,947,818.68, conforme sua relevante confissão feita na Audiência de julgamento e constante do douto Acórdão recorrido, deve conduzir à necessária conclusão que os dois cheques de MOP\$2,000,000.00

entregues pela Arguida e Recorrente e considerados sem provisão foram totalmente pagos por essas quantias recebidas pelo Ofendido (D);

22ª Relativamente a esses dois cheques sem provisão de MOP\$2,000,000.00 cada um foi aplicada à Recorrente a pena parcelar de prisão de 2 anos, por o douto Tribunal a quo ter entendido que a Recorrente, deliberadamente, deixou de pagar o dinheiro que prometeu ao Ofendido (D), quando a verdade é que a doughta decisão recorrida deveria ter decidido que a Recorrente efectuou o pagamento dos dois cheques de MOP\$2,000,000.00 cada um ao Ofendido (D), através do recebimento por parte deste do montante de MOP\$6,000,000.00 ou MOP\$6,947,818.68 a meio do ano de 2023;

23ª Tal facto é da maior importância na estrutura decisória, porquanto o comportamento de efectivo pagamento por parte da Recorrente dos cheques anteriormente havidos como cheques sem provisão, constitui uma conduta destinada a reparar as consequências do crime, e ao abrigo do disposto no art. 65º do Código Penal, deveria ser determinante na aplicação em concreto da medida da pena, o que não aconteceu no caso presente, porque a condenação da Recorrente em pena de 2 anos de prisão pelo cometimento do crime de emissão de cheque sem provisão relativo à emissão dos dois cheques de MOP\$2,000,000.00 foi estabelecida sem consideração da circunstância, que depõe em favor do agente, de ter sido por ela efectuado o pagamento ao Ofendido após o cometimento do crime;

24ª A Recorrente deve ser sancionada neste caso com uma menor pena de prisão parcelar, caso o douto Tribunal, em reapreciação da questão, venha a considerar na sua nova decisão o efectivo pagamento posterior das quantias incorporadas nos dois cheques sem provisão, e essa circunstância mereceria diversa dosimetria da pena estabelecida em concreto;

25ª A Recorrente foi condenada a uma pena parcelar de um ano e seis meses de prisão pela entrega ao Assistente (B) de dois cheques no montante de MOP\$500,000.00 cada um, na pena de um ano e seis meses de prisão pela entrega à Assistente (C) de um cheque no montante de MOP\$477,477.00, na pena de um ano de prisão pela entrega à mesma Assistente (C) de dois cheques no montante de MOP\$206,000.00 e MOP\$20,600.00, na pena de dois anos de prisão pela entrega ao Ofendido (D) de dois cheques no montante de MOP\$2,000,000.00 cada um, e, em cúmulo jurídico, condenada a aqui Recorrente numa pena única de três anos e 6 meses de prisão efectiva;

26ª Atenta a culpa do agente, as exigências da prevenção criminal, o grau de ilicitude, o modo de execução, a gravidade das consequências, o grau de violação dos deveres impostos, a intensidade do dolo, os sentimentos manifestados, a motivação do arguido, suas condições pessoais e económicas, sua conduta anterior e posterior aos factos e demais circunstancialismo apurado, entende a aqui Recorrente que não lhe podia ser estabelecida a referida pena de 3 anos e 6 meses de prisão efectiva, mas antes devendo-lhe ser arbitrada uma pena em qualquer caso sempre inferior a 3 anos de prisão;

27ª No caso dos autos, a pena concretamente aplicada à ora Recorrente não pode deixar de se considerar exagerada, porquanto desconsiderou os elementos pessoais do agente e bem assim a medida da culpa, e não levou naturalmente em conta o facto de uma das penas parcelares de um ano e seis meses de prisão dever ser revogada, e outra de dois anos de prisão dever ser agora reconsiderada, pelo facto de ficar demonstrado ter existido pagamento integral dos dois cheques de dois milhões de patacas cada um em momento posterior à sua emissão sem provisão;

28ª Resulta dos autos que a Recorrente tudo fez e diligenciou para que os Assistentes e Ofendido fossem pagos das quantias que se encontravam inscritos nos cheques sem provisão, estando no entanto a

mesma dependente do pagamento por parte da empresa (E) Buiding Construction (Macau) Ltd à sua empresa (F) Grupo Macau Construção Engenharia e Automação Teatral Ltd, para poder liquidar integralmente a sua dívida, percebendo-se até, em todo o relato dos factos feito no duto Acórdão recorrido, que a Recorrente confiou demasiado no pagamento atempado por parte daquela empresa (E), e que isso a terá determinado a emitir os vários cheques destinados a pagar as suas dívidas, e que vieram a não ter provisão;

29ª A douda decisão ora recorrida não ponderou devidamente a situação de saúde debilitada da Recorrente ao longo de todo o *iter criminis*, como resulta dos documentos médicos que se encontram juntos aos autos de fls. 642 a 673 e dos ora juntos, que demonstram padecer a Recorrente de um cancro e de várias complicações e padecimentos de natureza física, o que fizeram diminuir necessariamente a sua capacidade e dinamismo para enfrentar e resolver todos os seus problemas de natureza financeiro;

30ª A Recorrente encontra-se hoje em dia muito debilitada fisicamente e obrigada a ser transportada em cadeira de rodas, não só em virtude dos tratamentos agressivos a que se tem que submeter por causa do tumor no sistema gástrico que tem, mas também pelo facto de o mesmo se ter espalhado pelo corpo e sofrer a Recorrente alterações ósseas degenerativas, e pelo estado permanentemente infectado em que se encontra o seu pé esquerdo, que a impede de se locomover normalmente;

31ª A Recorrente é o único suporte financeiro de seus pais e de duas filhas menores, sendo primária;

32ª Ao se olvidarem todos os sobreditos factos, foram violados os princípios da proporcionalidade, da necessidade e da adequação das penas, ínsitos no art. 64º do Código Penal, pois todas as circunstâncias que envolveram os factos, assim como as características pessoais da Recorrente imporiam penas parcelares e uma pena única em cúmulo menos gravosas, sendo excessiva a pena concretamente aplicada à aqui

Recorrente pelo douto Tribunal a quo de 3 anos e 6 meses de prisão efectiva, violando assim o douto Acórdão recorrido o disposto nos arts. 65º do Código Penal;

33ª Deve ser proferido douto Acórdão por esse Venerando Tribunal de Segunda Instância que revogue a decisão recorrida, e a substitua por outra que condene o Arguido ora Recorrente em pena não superior a 2 anos, devendo a mesma ser sujeita a suspensão na respectiva execução;

34ª Nos presentes autos, entende a Recorrente que se verificam, em concreto, todos os elementos necessários e suficientes para permitir ao Tribunal um juízo de prognose favorável à Recorrente e conducente à suspensão da pena de prisão;

35ª A Recorrente agiu sempre movida pelo objectivo primeiro de resolver o problema das dívidas da sua empresa para com terceiros, tentando inclusivamente alcançar empréstimo junto do Ofendido (D) que lhe permitisse a liquidação integral das dívidas, o que não se veio a concretizar, e não por sua vontade, como se encontra demonstrado no douto Acórdão recorrido, e também no relatório pericial feito pela Polícia Judiciária, a solicitação do douto Tribunal a quo, referente à troca de mensagens entre a Arguida e Recorrente e esse Ofendido (D), e que se encontra junto aos autos a fls. 733 e seguintes, e na conclusão segunda a fls. 774 e 775 da mencionada perícia científica;

36ª A Recorrente tem um centro de vida familiar estável e feliz em Macau, composto pelos seus pais e pelas suas duas filhas menores, sendo o seu único suporte financeiro, tendo por isso a Recorrente absoluta necessidade de poder trabalhar para angariar rendimento para o seu sustento, e ainda poder realizar nos hospitais e clínicas, em Macau e na Filipinas, os tratamentos médicos que possam vir a curá-la definitivamente do tumor maligno de que padece actualmente;

37ª Tudo ponderado, afigura-se adequada uma prognose favorável à luz de considerações exclusivas de socialização, tomando em conta que a Arguida, ora Recorrente, apresenta bom comportamento anterior e posterior ao crime, nunca teve qualquer experiência prisional e mostra-se do ponto de vista comportamental, social, familiar e laboral perfeitamente integrada.

38ª Sendo que a ameaça de prisão contém por si mesma, virtualidades para assegurar a realização das finalidades da punição, sem sujeição ao regime, sempre estigmatizante e muitas vezes de êxito problemático, da prisão.

39ª E no que concerne à prevenção geral perde qualquer sentido uma condenação em prisão efectiva cuja gravidade foi mitigada por circunstâncias atenuantes como as atrás referidas que diminuíram notoriamente a culpa, a ilicitude e sobretudo as necessidades de punição.

40ª Conclui-se assim que a suspensão da execução permite, além de tudo, manter as condições de sociabilidade próprias à condução da vida da Arguida no respeito pelos valores do direito como factores de inclusão, evitando os riscos de fractura familiar, social, laboral e comportamental como factores de exclusão.

41ª Deverá assim a Recorrente merecer desse douto Tribunal de Segunda Instância a consagração e prolação de uma pena suspensa na respectiva execução, tendo em conta um juízo de prognose que lhe seja favorável, em termos tais que se admita com muita probabilidade que a Recorrente, sentindo a condenação, será capaz de conduzir futuramente a sua vida de modo lícito e adequado, acreditando-se que posta perante a censura do facto e a ameaça da pena é capaz de se afastar da criminalidade;

42ª Os sobreditos factos, provados na audiência de julgamento dos autos, não foram devidamente valorados pelo douto Tribunal a quo no douto Acórdão recorrido, mas, em face de uma eventual condenação da Recorrente em medida concreta de pena não superior a 3 anos de prisão, deverá esse Venerando Tribunal

*

駐初級法院刑事法庭的檢察院代表作出答覆，認為上訴人的上訴理由不成立（詳見卷宗第 975 頁至第 980 頁背頁）。

檢察院提出以下理據（結論部分）：

1. 被上訴裁判判處嫌犯(A)以直接正犯、連續犯及既遂方式觸犯一項澳門《刑法典》第 214 條第 1 款及第 2 款 a 項結合第 196 條 b 項之規定及處罰「簽發空頭支票罪(相當巨額)」(涉及輔助人(B))，判處一年六個月徒刑；以直接正犯及既遂方式觸犯兩項澳門《刑法典》第 214 條第 1 款及第 2 款 a 項結合第 196 條 b 項之規定及處罰「簽發空頭支票罪(相當巨額)」(涉及輔助人(C))，分別判處一年六個月及一年徒刑；以直接正犯、連續犯及既遂方式觸犯一項澳門《刑法典》第 214 條第 1 款及第 2 款 a 項結合第 196 條 b 項之規定及處罰「簽發空頭支票罪(相當巨額)」(涉及被害人(D))，判處兩年徒刑；數罪並罰，合共判處三年六個月實際徒刑...
2. 上訴人(A)認為原審裁判沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項之瑕疵以及對量刑不服。
3. 本案審判聽證中，嫌犯主要稱其向輔助人(B)購入餐飲公司而發出支

suspender a execução da pena de prisão arbitrada à Recorrente, nos termos admitidos pelo art. 48º do Código Penal, pois, perante os princípios da proporcionalidade, da necessidade e da adequação das penas, ínsitos no art. 64º do Código Penal, uma pena efectiva se mostraria desnecessária para cumprir as finalidades da punição.

票，但否認故意簽發空頭支票，表示因第一張支票有成功兌現，原本以為每月會收到工程費才向(B)發出本案兩張支票，但最終客戶延遲支付，導致無法向(B)兌現餘下的支票，並表示知悉在本案兩張支票先後到期的日子內銀行帳戶內無足夠款項兌現支票。雖然嫌犯否認故意向輔助人(B)簽發空頭支票，但從卷宗書證及輔助人的聲明可以證實，於 2022 年 8 月 3 日，嫌犯已完成向輔助人購入(H)餐飲有限公司之轉讓及登記手續，由於嫌犯未全數付款，可見，嫌犯向輔助人(B)發出涉案的支票之目的應為作出相關支付，嫌犯理應保證該支票能兌現，但除用於支付訂金的支票在簽定轉讓合同日成功兌現外，2022 年 10 月 31 日及 11 月 30 日需保證承兌的支票均無法兌現。輔助人表示未能兌現本案首張支票後曾聯絡嫌犯，嫌犯一直推搪沒有履行承諾，在第二張支票被退票後，嫌犯亦一直拖延。由此可見，嫌犯明知購入公司及出票時無足夠金錢付款，亦清楚知道公司帳戶沒有足夠款項保證承兌仍發出支票，足以認定其無意保證在支票到期日能兌現，仍故意發出上述兩張用於付款的支票，明顯是故意簽發空頭支票。

4. 另外，嫌犯表示有向被害人(D)借款，但對方表示不借，故向對方發出兩張支票以擔保借款，並通知對方暫時支票帳戶無錢，需待通知才能兌現，嫌犯承認知悉需保證支票帳戶有足夠款項，只因被客戶拖欠款項令其失去預算，直至 2023 年中才收回該款項，故否認故意簽發空頭支票。原審法院曾命令對嫌犯扣押在案的手提電話進行調查，結果並無發現嫌犯在庭審聽證上所稱的與被害人(D)談及擔保支

票需收到付款通知才兌現支票的對話內容。

5. 對於向輔助人(C)發出空頭支票的指控，嫌犯亦是否認犯罪，嫌犯亦稱曾向輔助人(C)發出支票以支付租金，支票於 2022 年 12 月 23 日到期時，自己不確定銀行賬戶是否有錢兌現支票，稱當(C)的女兒(G)與之聯絡，其知悉未能兌現支票且誤以為 1 月底有工程費入帳，故自願向(G)發出兩張支票作為支付部份租金及 10%遲延利息，但最終未能承兌，因為直至 2023 年 1 月底才確定不能收到工程客戶拖欠的貨款，原審法院認為按其所稱及輔助人的陳述內容並結合相關出票情況，顯示嫌犯於 2022 年 12 月 23 日根本無法保證自己有條件在三日後有足夠金錢的情況下，故意向輔助人發出第一張支票以支付租金 477,477.00 澳門元，而第二次發出的編號 MF***及 MF***的兩張支票是嫌犯向輔助人(C)支付部分租金而簽發的支票。對此，原審法庭已經清楚指出，嫌犯向輔助人(C)先後兩次發出頭支票，基於第二次發出兩張支票是由於第一次發出的支票沒有兌現而被催問下簽發，明顯不存在可減輕嫌犯罪過的外在誘因，因此，兩次犯罪行為不符合澳門《刑法典》第 29 條規定連續犯的情況。
6. 原審法庭依照經驗法則，從而對本案事實作出認定，認定嫌犯明知其參與經營的公司支票所在戶口內沒有足夠款項作出承兌，仍有意識地自願四次簽發無法承兌之支票，其中 6 張之金額相當巨大，這完全符合邏輯，沒有違反經驗法則，故被上訴的裁判不存在澳門《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項規定的“審查證據方面有明顯錯誤”的瑕疵。

7. 另外，在本案中，原審法院考慮到為初犯、本案犯罪後果、不法性及罪過程度均屬嚴重、嫌犯的犯罪動機、行為方式、以及犯罪前後的行為表現及悔意程度以及同類犯罪之一般預防要求，決定對嫌犯以直接正犯及既遂方式觸犯四項澳門《刑法典》第 214 條第 1 款及第 2 款 a 項結合第 196 條 b 項之規定及處罰「簽發空頭支票罪(相當巨額)」，分別判處一年六個月徒刑、一年六個月徒刑、一年徒刑以及判處兩年徒刑，並根據《刑法典》第 71 條的規定，上述數罪刑罰競合，在抽象刑幅兩年至六年徒刑之間考量，決定判處三年六個月實際徒刑的單一刑罰。
8. 由此可見，原審法院量刑時已經全面衡量了相關的因素，在被上訴判決中也清楚地指出了量刑的依據，量刑沒有過重，亦沒有違反《刑法典》第 40 條及第 65 條的規定。
9. 本文中，嫌犯被判處三年徒刑，已不符合《刑法典》第 48 條規定被科處不超逾三年徒刑之可被暫緩執行之形式要件，故不能緩刑。
10. 因此，原審判決完全符合《刑法典》第 48 條的規定。

*

輔助人(B)針對嫌犯的上訴作出答覆，詳見卷宗第 996 頁至第 1005 頁，為著適當的法律效力，在此視為全文轉錄。

輔助人(B)認為應維持原審法院判處上訴人實際徒刑的決定；如給予上訴緩刑，應命令上訴人在一定期間內向輔助人(B)支付全部賠償及法定利息，否則須履行相應犯罪所判的一年六個月的實際徒刑。

*

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱並提交了法律意見，認為上訴人提出的上訴理由全部不成立，應駁回上訴及維持原判（詳見卷宗第 1021 至第 1023 頁背頁）。

*

本院接受了上訴人提起的上訴，組成合議庭，對上訴進行審理，兩名助審法官相繼檢閱了卷宗，並作出評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後認定的事實

獲證明屬實的事實：

1.

1.1

2022 年 11 月 1 日輔助人(B)將經由嫌犯(A)簽名並填寫的可承兌日期為 2022 年 10 月 31 日、承兌人姓名為(B) (即輔助人的葡文名)、可承兌金額為伍拾萬澳門元(MOP500,000.00)的大西洋銀行第 MF ***號支票交予中國銀行要求兌付。

上述支票由嫌犯以其參與經營的【(F) LTD(F) 建築工程有限公司】的名義向大西洋銀行申請取得，同日該銀行以該支票所在的***號戶口存款不足/全無為由而將支票退回。

1.2

同年 12 月 1 日輔助人將經由嫌犯簽名並填寫的可承兌日期為 2022 年 11 月 30 日、承兌人姓名為(B)、可承兌金額為伍拾萬澳門元

(MOP500,000.00)的大西洋銀行第 MF ***號支票交予中國銀行要求兌付。

上述支票由嫌犯參與經營的【(F) LTD(F) 建築工程有限公司】的名義向大西洋銀行申請取得，同日該銀行以該支票所在的***號戶口存款不足/全無為由而將支票退回。

1.3

嫌犯簽發上述兩張支票用以向輔助人購入其所持有的【(H) 餐飲有限公司】股份。

嫌犯在簽發上述兩張支票時完全清楚知道支票所在戶口內沒有足夠款項。

2.

2.1

2022 年 12 月 23 日(C) (第一被害人) 女兒(G) 收到嫌犯委託他人向其轉交的已經由嫌犯簽好名並填寫可承兌日期為同月 26 日、可承兌金額為肆拾柒萬柒仟肆佰柒拾柒澳門元 (MOP477,477.00) 的大西洋銀行第 MF ***號支票，(G) 在經嫌犯同意後將該張支票的承兌人填寫第一被害人姓名的葡文拼音(C)。

上述支票由嫌犯參與經營的【(F) LTD(F) 建築工程有限公司】的名義向大西洋銀行申請取得。

同月 28 日(G) 將前述支票拿到澳門國際銀行要求兌付，翌日(29 日) 大西洋銀行以該支票所在的***號戶口存款不足/全無為由將支票退回。

2.2

2023 年 1 月 8 日嫌犯將已由其本人簽名的大西洋銀行第 MF ***號和第 MF***號支票交予(G)，此兩張支票上由嫌犯所填寫的可承兌日均為同月 9 日，承兌人為(C)，可承兌金額分別被填寫為貳拾萬零陸仟澳門元（MOP206,000.00）、貳萬零陸佰澳門元（MOP20,600.00）。

上述兩張支票由嫌犯參與經營的【(F) LTD(F) 建築工程有限公司】的名義向大西洋銀行申請取得。

2.3

同月 10 日(G)將第 MF ***號支票交予澳門國際銀行要求兌付，同日大西洋銀行以該支票所在的***號戶口中存款不足/全無為由將支票退回。

2.4

同月 11 日(G)將第 MF ***號支票交予澳門國際銀行要求兌付，同日大西洋銀行以該支票所在的***號戶口中存款不足/全無為由將支票退回。

2.5

嫌犯簽發上述三張支票用以支付其拖欠第一被害人的租金。

嫌犯在簽發上述三張支票時完全清楚知道支票所在戶口內沒有足夠款項。

3.

3.1

2023 年 2 月 15 日晚 7 時左右嫌犯在其經營的【Momento by (F)】餐廳內將由其本人簽發、填寫的兩張承兌金額均填寫為貳佰萬澳門元

(MOP2,000,000.00)的大西洋銀行支票交予【(J) 建築發展有限公司】(第二被害人)股東(D)，其中一張支票號碼為 MF***，另一張支票號碼為 MF***。嫌犯自行在兩張支票的承兌人填寫為【(K) CONSTRUCTION DEVELOPMENT COMPANY LTD】並將可承兌日期填寫為 2023 年 2 月 15 日、2023 年 3 月 15 日。

上述支票由嫌犯參與經營的【(F) LTD(F) 建築工程有限公司】的名義向大西洋銀行申請取得。

同月 17 日【(J) 建築發展有限公司】職員將上述 MF ***號支票交予澳門國際銀行要求兌付，同日大西洋銀行以該支票所在的***號戶口存款不足/全無為由將支票退回。

3.2

同年 3 月 16 日【(J) 建築發展有限公司】職員將上述第 MF ***號支票交予澳門國際銀行要求兌付，同日大西洋銀行以該支票所在的***號戶口中存款不足/全無而將支票退回。

3.3

嫌犯簽發上述兩張支票是用以支付拖欠【(J) 建築發展有限公司】的部份工程費用。

嫌犯在簽發上述支票時完全清楚知道支票所在戶口內沒有足夠款項。

4.

嫌犯明知其參與經營公司支票所在戶口內沒有足夠款項作出承兌，仍然有意識地自願四次簽發無法承兌之支票金額，其中 6 張之金額相

當巨大。

嫌犯清楚知道其行為是法律所不容許，會受到法律之相應制裁。

*

民事起訴狀中，與上述刑事控訴事實相同內容全部獲得證實，以下事實亦視為證實：

4º

民事請求人(B)曾為(H)餐飲有限公司【公司葡文名稱為(L) RESTAURAÇÃO LIMITADA，英文名稱為(L) CATERING LIMITED，為一商業有限公司，於商業及動產登記局的登記編號為*** (S0)】(以下簡稱為“ (H) ”)的獨一股東。

5º

透過於 2022 年 8 月 3 日簽訂之股的轉讓合同(以下簡稱為“合同”)，民事請求人(B)將其持有的(H)之票面價值分別為 MOP25,000 的兩股轉讓予民事被請求人(A)。

6º

上述兩股的轉讓總價金為 MOP1,500,000，民事被請求人(A)透過向民事請求人(B)交付的下述三張支票用作分期支付轉讓金：

- 1) 大西洋銀行股份有限公司支票 編號 MF***, 金額為 MOP500,000, 日期為 29/07/2022;
- 2) 大西洋銀行股份有限公司支票，編號 MF***, 金額為 500,000, 日期為 31/10/2022; 及

3) 大西洋銀行股份有限公司支票，編號 MF***，金額為 500,000，日期為 30/11/2022。

7º

有關上述支票交付及該交付用作支付轉讓金的事宜可透過合同第 2 條證實，且該合同由民事請求人和民事被請求人共同簽署，並由公證員對兩人簽名進行當面認定。

8º

根據(H)的商業登記證明顯示，上述的股之轉讓已完成登記，民事被請求人(A)已取得所有股權成為(H)的獨一股東，並亦擔任獨一行政管理機關成員。

9º

於 2022 年 8 月 3 日，民事請求人(B)成功存入編號 MF***的支票至其中國銀行澳門分行戶口。

10º

於 2022 年 11 月 1 日 2022 年 12 月 1 日，民事請求人(B)分別持編號 MF***和編號 MF***的支票到中國銀行澳門分行進行提示付款，並在隨後獲銀行通知該兩張支票因存款不足而退票。

11º

上述兩張支票被退支票抬頭為民事請求人(B)，均屬於編號為***的公司戶口，支票上顯示的公司縮寫名稱為“(F) LTD”，且均由民事被請求人(A)本人簽署。

12º

按照商業登記訊息平台的搜尋資料顯示，符合關鍵字“(F)”的公司僅有一間，即(F)建築工程有限公司【公司葡文名稱為(F) GRUPO MACAU CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA LIMITADA、英文名稱為(F) GROUP MACAU CONSTRUCTION AND ENGINEERING LIMITED，為一商業有限公司，於商業及動產登記局的登記編號為*** (S0)】（以下簡稱為“(F)”）。

13º

換言之，上述支票對應的支票戶口應屬於(F)。

14º

根據(F)的商業登記證明資料顯示，民事被請求人(A)是(F)唯二股東和行政管理機關成員之一；(F)的簽名方式為任何一位行政管理機關成員簽署即可。

15º

上述跡象顯示，民事被請求人對有關支票戶口具有實際的支配權，並有權簽發(F)的支票。

16º

簽發兩張被退支票的行為屬民事被請求人(A)個人作出的行為。

17º

2023年1月31日，民事請求人(B)因一直無法兌現上述兩張支票亦一直無法收回款項，懷疑民事被請求人(A)以開立支票拖延還款，向檢察院作出刑事檢舉。

18º

民事被請求人(A)開出上述兩張支票的行為對民事請求人造成的直

接財上損失，金額為 MOP1,000,000。

19°

為了配合針對民事被請求人(A)的刑事偵查工作，民事請求人(B)專程從美國返回澳門，並分別於 2023 年 3 月 29 日和 2023 年 3 月 31 日，以被害人的身份在司法警察局和刑事起訴法庭作出詢問筆錄和供未來備忘用之聲明。

20°

為此，對民事請求人(B)產生的開支包括：

- 美國來回香港的機票，金額為 USD1,787.50，按每美元兌 8.0739 澳門幣計算，折合 MOP14,432.10；
 - 自美國回澳門在東京轉機的一晚住宿，金額為 USD95.02，按每美元兌 8.0739 澳門幣計算，折合 MOP767.18；
- 合共 MOP15,199.28。

21°

故因民事被請求人(A)開立上述兩張支票的犯罪行為，對民事請求人(B)產生的財產損害賠償總金額為 MOP1,015,199.28。

*

另外證明以下事實：

輔助人(B)追究嫌犯的刑事責任及要求裁定民事損害賠償請求成立。

輔助人(C)追究嫌犯的刑事責任，聲明另行透過民事途徑追討民事損害賠償。

被害人(D)追究嫌犯的刑事責任及要求民事賠償。

根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

嫌犯的個人及家庭經濟狀況如下：

- 無業，無收入。
- 須供養父母及兩名子女。
- 學歷為大學畢業。

*

未獲證明的事實：

民事損害賠償請求起訴狀內與上述既證事實不符或矛盾之其他客觀事實視為未獲證實，尤其包括：

由於嫌犯不清楚【(J) 建築發展有限公司】的英文名稱，因此(D)在經嫌犯同意後將該兩張支票的承兌人填寫為【(K) CONSTRUCTION DEVELOPMENT COMPANY LTD】並將可承兌日期填寫為2023年2月15日、2023年3月15日。

三、法律方面

本上訴涉及之問題為：

- 審查證據方面明顯有錯誤
- 罪數
- 量刑 緩刑

*

(一)、關於“審查證據方面明顯有錯誤”

上訴人認為，其向輔助人(C)發出的 MOP477,477.00 的支票（第 MF733483 號）並非僅僅用於支付 2022 年 10 月及 11 月的租金，該款項原本用於支付至少 4 至 5 期租金，其中 2 期是已逾期的，至少還有 2 至 3 期是提前支付的，支票到期時，其無義務支付該 2 至 3 期的尚未到期的租金。其後的 MOP206,000.00 的支票（第 MF***號）用於支付 10 月及 11 月兩筆逾期租金，以替代原計劃的 MOP477,477.00 的支票，另有一筆 MOP20,600.00 的支票（第 MF733487 號）用於支付 10 月和 11 月租金逾期所應支付的 10%利息。被替代的上述支票已失去效力，不能成為支付方式，也不能歸責上訴人「簽發空頭支票罪」。原審法院並未認定 MOP477,477.00 的支票被之後的兩張支票所替代、且該替代已被輔助人一方所認可，在審查證據方面存在明顯錯。故此，被上訴判決應予以廢止，並依據《刑事訴訟法典》第 418 條第 1 款的規定，將案件發回重審。

上訴人同時認為，原審法院沒有考慮證人(D)提交的文件，應該認定但卻沒有認定上訴人須向“(J)建築發展有限公司”支付的工程費用為 600 萬澳門元；沒有採信被害人(D)在庭上自認，應認定卻沒有認定上訴人尚欠該公司的款項為 230 萬澳門元，或者，沒有考慮司警就上訴人與被害人之間有關支票的電話討論的鑑定結論，應認定卻沒有認定涉案兩張支票對應的工程欠款為 495 萬澳門元；亦也沒有考慮證人(D)所述已經在 2023 年年中收到上訴人支付工程款共 690 萬澳門元，應認定卻沒有認定兩張支票的金額已經付清。由此，原審法院應認定上訴人在 2023 年年中已經付清了兩張涉案支票金額的事實，而該事實是

上訴人旨在彌補犯罪後果的舉動，在量刑時應依據《刑法典》第 65 條的規定予以考量的減輕刑罰的情節。

*

終審法院於 2001 年 3 月 16 日在第 16/2000 號刑事上訴案的判決中指出：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

換言之，審查證據方面明顯有錯誤，是指法院認定事實時，明顯有違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則，或明顯違反職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

根據《刑事訴訟法典》第 114 條規定，除非法律另有規定，法官根據自由心證原則，按一般經驗法則和常理來評價各種被審查和調查證據之證明力，以及認定獲證或不獲證明的事實。

訴訟當事人出於不同的立場、經驗，對於涉案事實會作出各自不同的價值判斷，但是，上訴人不能以其個人對證據之評價強加於審判法院，更不能要求審判法院必須作出與其個人價值判斷相一致的心證。

*

關於上訴人向輔助人(C)發出的金額為 MOP477,477.00 的支票（第 MF***號）是否被替代而沒有效力，我們認為上訴人的理據不成立。

支票是社會經濟生活中常見的支付手段，建立於買賣、租賃、服務、

借貸等基礎交易之上，其背後對應的是債券債務關係的消滅、轉移與清償。當債務人（出票人）將支票交付予債權人（持票人）時，原有的債務在法律上並未立即消滅，只有當債權人（持票人）於規定期限內向銀行提示付款且得到銀行的足額兌付時，原有的債權債務關係才正式消滅。

支票屬於「無條件支付的委託」，在向銀行提示付款時，銀行只會兌現票面上填寫的完整金額。當支票的基礎債務有變更時，支票簽發人（出票人）可作廢原來的支票，重新簽發新支票。無論如何，支票簽發人（出票人）在法律上承擔著保證支票能夠足額兌現的義務，如因欠缺存款餘額而使支票不獲全額支付，在支票被拒付之時，便構成《刑法典》第 214 條規定及處罰的「簽發空頭支票罪」且為既遂。

本案，上訴人於 2022 年 12 月 23 日簽發並交予輔助人(C)上述金額為 MOP477,477.00 的支票（第 MF***號），在 12 月 26 日提示付款時因支票帳戶存款不足而被退票；之後，在輔助人(C)的催告下，上訴人於 2023 年 1 月 8 日發出另外兩張支票。即使金額為 MOP477,477.00 的支票（第 MF***號）是用於支付除了到期的 2022 年 10 月及 11 月的租金外還有提前支付未到期的至少 2 至 3 期租金，然而，提前支付是上訴人的決定，如其欲撤回提前支付的決定，應提前作出安排，用合法的方式和程序將前一張支票作廢，而不是任由支票因存款不足而被拒付。

可見，第一張支票已經提示付款並因存款不足而被拒付，另外兩張支票是在催告之後才發出的，後面的兩張支票與前一張支票金額所依據的債務和金額雖有部分重疊，但整體並不相同，不符合以新支票替代

舊支票並將舊支票作廢的情況。

事實上，上訴人是意圖透過支票被替代而失去支付工具作用的理據，達到獲開釋相關一項犯罪的目的。其真正爭議的問題是金額為 MOP477,477.00 的支票（第 MF***號）因存款不足被拒付的相關事實是否符合簽發空頭支票罪的犯罪構成要件，其理據不屬於在審查證據方面有明顯錯誤的瑕疵，而是下面第（二）點有關犯罪罪數的問題。

*

關於涉及被害人(D)（(J)建築發展有限公司）的支票，共有兩張：第 MF***號支票，MOP2,000,000.00，可承兌日期為 2023 年 2 月 15 日；第 MF***號支票，MOP2,000,000.00，可承兌日期為 2023 年 3 月 15 日。

上訴人認為原審法院應根據卷宗資料，尤其受害人(D)在庭上聲稱上訴人尚拖欠 230 萬澳門元及於 2023 年年中支付了工程費 690 萬澳門元的聲明，得出上訴人所簽發的兩張涉案支票已經支付，這一事實為輕判的量刑情節。

於被上訴判決中，原審法院指出：

透過被害人(D)的證言，顯示(J)建築發展有限公司與嫌犯的(F)公司是承判工程關係，嫌犯一直拖欠工程費用，兩人相約在餐廳內相討解決辦法，嫌犯因而向其發出兩張支票以作還款之用，當時嫌犯自行以英文填寫包括出票日的支票內容。證人不記得嫌犯有否提及支票帳戶是否有錢，但肯定嫌犯沒有講過須待提示才可兌票，其不清楚嫌犯一直拖欠工程費用的原因，至今尚欠 230 萬澳門元的工程款項。

.....

根據本案刑事既證事實，受害人(D)因嫌犯向其簽發空頭支票，沒有履行以支票兌現支付拖欠工程款項的承諾，直至現時仍拖欠 230 萬元。

考慮到受害人(D)在庭上確認在 2023 年中有收回嫌犯交來部份工程費用 690 萬，而受害人無提供資料顯示總拖欠工程款的總額及未收回工程款的細明情況，因此，現時未能確定(D)因嫌犯在本案中作出的簽發空頭支票行為所造成的實際損失。

原審法院並無忽視卷宗中的證據和資料，尤其是被害人(D)在其證言中表示在 2023 年中有收回上訴人交來部份工程費用 690 萬以及因上訴人沒有兌現支票而仍欠 230 萬澳門元工程款的聲明。一般人都會明白，工程項目繁雜、會按照工程進度作階段支付，工程款項應付的、實付的、到期應付的、尚未到期支付的、相關的延遲利息等，項目繁多且金額會隨時間流轉而變動，認定相關金額必然需要詳細的資料作為基礎，因此，原審未能確定上訴人欠付兩張支票對受害人(D)的公司所造成的實際損失是因為受害人無提供資料顯示總拖欠工程款的總額及未收回工程款的細明情況，並無存在上訴人所指稱的“審查證據方面有明顯錯誤”的情形。

上訴人在答辯狀中或在庭審階段並無主張其已經清還涉案兩張支票的事實，反而是原審法院對此作出的審查。原審法院沒有否定上訴人已經返還了部分金額，至於是否兩張涉案支票已經完全被支付，是因卷宗的證據不足而未獲證實。

上訴人在本上訴中真正質疑的是，原審法院在量刑是沒有考慮上

訴人已經完全/部分支付了涉案支票金額，從而沒有給予上訴人一項較輕的刑罰。這一問題屬於量刑問題，將在下面第（三）點量刑問題中作進一步審理。

*

（二）罪數

原審法院裁定上訴人為向輔助人(B)支付購買股份的款項而簽發MF***號及 MF***號支票，以及為向被害人(D)支付工程費用而簽發MF***號及 MF***號支票，分別構成一項「簽發空頭支票罪」，而針對其向輔助人(C)簽發的三張支票，原審法院裁定上訴人觸犯了兩項「簽發空頭支票罪」。

上訴人針對上述最後兩項「簽發空頭支票罪」的認定表示不予認同。

*

如果，當第一張支票因支票賬戶餘額不足而被銀行退回、行為人再簽發一張或多張空頭支票用以替代被拒付的支票時，因被害人以及支票所對應的債權債務是相同的，並未侵害新的被害人或財產利益，之後簽發的支票只是第一張被拒付支票的替代品或犯罪手段的延續，後行為被前行為所吸收，亦應以一罪論處。

本案，關於輔助人(C)的部分，案中共涉及三張支票（MF***號支票 MOP477,477.00，MF***號支票 MOP206,000.00，MF***號支票 MOP20,600.00）。根據卷宗資料可見，MF***號支票及 MF***號支票是在 MF***號支票被銀行退回之後，由上訴人簽發交予輔助人(C)女兒（即：證人(G)）的，用以支付部分租金及延遲利息。

顯見地，上訴人於之後簽發的 MF***號及 MF***號支票，與被銀行拒付的 MF***號支票所對應的債權債務並非完全對應的，尤其是 MF***號支票更涉及新出現的債務（延遲利息）。故此，上訴人的行為並不符合前指之以一罪論處的情形。

原審法院於被上訴判決的“定罪”部分指出：

基於支票編號 MF ***及 MF***兩張支票是嫌犯向輔助人(B) 支付股款而同時簽發的支票，支票編號 MF ***及 MF ***兩張支票是嫌犯因(G) 催收後向輔助人(C) 支付部分租金而同時簽發的支票，支票編號 MF ***及 MF ***兩張支票是嫌犯向被害人(D) 支付工程費用而同時簽發的支票，各次發出支票的犯罪決意單一，因此，合議庭認為各次決意犯罪均應以一項「簽發空頭支票罪(相當巨額)」作出定罪及論處。

至於嫌犯向輔助人(C) 先後兩次發出頭支票，基於第二次發出兩張支票是由於第一次發出的支票沒有兌現而被催問下簽發，明顯不存在可減輕嫌犯罪過的外在誘因，因此，兩次犯罪行為不符合澳門《刑法典》第 29 條規定連續犯的情況。

本院認為，原審法院適用法律正確，被上訴判決未沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款規定之瑕疵。

*

（三）量刑 緩刑

上訴人認為，原審法院對其作出的量刑過重，請求改判低於三年徒刑，並准予緩期執行。

*

《刑法典》第 40 條、第 64 條和第 65 條規定了刑罰的目的、選擇刑罰之標準以及確定具體刑罰份量的準則。

根據《刑法典》第 40 條第 1 款規定，刑罰之目的旨在保護法益及使行為人重新納入社會，即：從一般預防和特別預防兩個方面作考量。

《刑法典》第 40 條第 2 款規定了刑罰之限度，確定了罪刑相當原則。根據該原則，刑罰的程度應該與罪過相對應，法官在適用刑罰時不得超出事實當中的罪過程度。

在出現《刑法典》第 64 條規定的需選擇非剝奪自由之刑罰抑或剝奪自由之刑罰之情況時，法院亦需根據刑罰之目的作出選擇。

《刑法典》第 65 條規定了確定具體刑罰份量的準則，在確定刑罰的份量時，須按照行為人之罪過及預防犯罪的要求為之，同時，亦須考慮犯罪行為的不法程度、實行之方式、後果之嚴重性、行為人對被要求須負義務之違反程度、故意之嚴重程度、所表露之情感、行為人之動機、行為人之個人狀況及經濟狀況、事發前後之行為及其他已確定之情節。

在犯罪競合之量刑方面，根據《刑法典》第 71 條規定，二項以上犯罪實際競合者，僅科處一單一刑罰，可科處的刑罰最低限度為各罪刑罰中最重者，而最高限度為各罪刑罰之總和，在量刑時，應一併考慮行為人所作事實及其人格。

所有競合之犯罪事實均一併作為行為人被歸責之犯罪行為進行審查，考慮其整體程度與嚴重性、違反所保障法益的程度、當中是否存在共通或關聯性，以及藉此所反映的行為人之人格、個性及其生活模式。

按照《刑法典》第 40 條及第 65 條規定，法院應在法定的最低刑及

最高刑刑幅之間，根據行為人罪過及預防犯罪的要求，同時一併考慮所有對行為人有利或不利而不屬犯罪罪狀的情節，作出選擇具體刑罰之決定。

按照《刑法典》第 71 條定立之規則，二項以上犯罪實際競合者，僅科處一單一刑罰，可科處的刑罰最低限度為各罪刑罰中最重者，而最高限度為各罪刑罰之總和，在量刑時，應一併考慮行為人所作事實及其人格。

所有競合之犯罪事實均一併作為審查對行為人所歸責的犯罪行為，考慮其整體程度與嚴重性、違反所保障法益的程度、當中是否存在共通或關聯性，以及藉此所反映的行為人之人格、個性及其生活模式。

*

本案，原審法院認定上訴人明知自己無法保證支票如期兌現，仍接連向兩名輔助人及被害人發出支票，故意不履行向各人承諾支付的金錢給付，上訴人裁定以直接正犯及既遂方式觸犯四項《刑法典》第 214 條第 1 款及第 2 款 a 項結合第 196 條 b 項規定及處罰的「簽發空頭支票罪(相當巨額)」。

根據刑事記錄證明，案發時，上訴人為初犯。於審判聽證中，上訴人承認向兩名輔助人及被害人簽發涉案之支票，但否認故意簽發空頭支票。

原審法院於被上訴判決的“量刑”部分指出：

依照上述（《刑法典》第 64 條、第 40 條及第 65 條）的量刑標準，在確定刑罰份量方面，根據本案中的具體情節，嫌犯(A)為初犯，本案

犯罪後果、不法性及罪過程度均屬嚴重。考慮嫌犯的犯罪動機、行為方式，以及犯罪前後的行為表現及悔意程度，同時，考慮同類犯罪之一般預防要求，本合議庭認為對嫌犯以直接正犯及既遂方式觸犯四項澳門《刑法典》第 214 條第 1 款及第 2 款 a 項結合第 196 條 b 項之規定及處罰「簽發空頭支票罪(相當巨額)」作出以下判處：

-向輔助人(B)同時簽發兩張空頭支票，判處一年六個月徒刑；

-向輔助人(C)先後兩次發出合共三張空頭支票，分別判處一年六個月徒刑及一年徒刑；

-向被害人(D)同時簽發兩張空頭支票，判處兩年徒刑。

根據《刑法典》第 71 條的規定，上述數罪刑罰競合，在抽象刑幅兩年至六年徒刑之間考量，判處三年六個月實際徒刑的單一刑罰最為合適。

本案，上訴人向輔助人(B)同時簽發兩張空頭支票，被裁定構成一項「簽發空頭支票罪」，兩張涉案支票涉及的金額合共為 100 萬澳門元，亦導致該名輔助人 100 萬澳門元財產損失。

針對輔助人(C)，上訴人被裁定觸犯兩項「簽發空頭支票罪」。上訴人首先簽發了一張金額為 MOP477,477.00 元的支票；在該支票被拒付之後，經輔助人(C)催收，上訴人再簽發了兩張金額分別為 MOP206,000.00 和 MOP20,600.00 的支票。然而，本案對該名輔助人造成的具體損失未能確定，輔助人亦另行以民事途徑追討相關損失。

就上訴人向被害人(D)的(J)建築發展有限公司簽發的兩張支票，原審法院確實認定上訴人觸犯一項「簽發空頭支票罪」，涉案金額合共

為 400 萬澳門元，受害人(D)聲稱上訴人在 2023 年年中支付了部分工程費用 690 萬澳門元，但仍拖欠 230 萬澳門元，但是，因被害人沒提供資料顯示所拖欠工程款的總額及未收回工程款的明細情況，而未能確定因上訴人簽發空頭支票所造成被害人的實際損失。考慮到上訴人聲稱仍欠 230 萬澳門元，相較兩張合共 400 萬澳門元的支票，應認定上訴人已經返還了部分金額。雖然未能確定上訴人所返回的具體金額，但不妨礙在量刑時作為一般減輕情節予以考慮。

考慮到上訴人所作事實的不法性屬嚴重，所造成的負面後果屬嚴重，上訴人為初犯，承認簽發了涉案支票，但主張並非故意拒付支票而是因資金鏈未能準時銜接而導致支票被拒付，根據上訴人的罪過程度結合預防犯罪之需求，本院認為原審法院就第二項犯罪（向輔助人(C)簽發的第一張支票）及第四項犯罪（簽發給被害人(D)的(J)建築發展有限公司的兩張支票）量刑略重，因此作出改判，如下：

- － 一項簽發空頭支票罪（相當巨額）向輔助人(B)同時簽發兩張空頭支票，判處的一年六個月徒刑，予以維持；

- － 二項簽發空頭支票罪（相當巨額）向輔助人(C)先後兩次發出合共一張及二張空頭支票，前項犯罪改判一年三個月徒刑，後一項犯罪判處的一年徒刑予以維持；

- － 一項向被害人(D)同時簽發兩張空頭支票，改判一年六個月徒刑。

上訴人數罪並罰，在一年六個月徒刑至五年三個月徒刑期間，判處上訴人合共二年九個月徒刑之單一刑罰。

*

澳門《刑法典》第 48 條（前提及期間）規定：

一、 經考慮行為人之人格、生活狀況、犯罪前後之行為及犯罪之情節，認為僅對事實作譴責並以監禁作威嚇可適當及足以實現處罰之目的者，法院得將科處不超逾三年之徒刑暫緩執行。

二、 如法院認為對實現處罰之目的為合宜及適當者，須在暫緩執行徒刑時依據以下各條之規定要求履行某些義務或遵守某些行為規則，又或作出暫緩執行徒刑而附隨考驗制度之命令。

三、 義務、行為規則及考驗制度，得一併命令之。

.....

*

給予刑罰的暫緩執行應以對行為人將來的行為作有利的預測為基礎，且令人有信心透過刑罰的威嚇，行為人能從判刑中汲取到教訓，並有理由相信其藉著將來遵守法律及符合法律的生活而不會再次犯罪。²

緩刑是行為人承擔其刑事責任的一種獨立的刑事法律制裁方式，而並非一種放寬處理刑罰責任的措施。在符合法定前提的條件下，法院針對個案“可以”（而並非“必須”）裁定徒刑的暫緩執行。

緩刑的前提要件包括形式要件（針對不超逾三年的徒刑）及實質要件（存在正面的社會期盼）。所謂“正面的社會期盼”，或稱為“社會的良好預測”，是指透過分析行為人的人格、生活條件、實施犯罪前及實施犯罪後的行為表現、犯罪情節，判斷暫緩執行徒刑是否足以讓行為

² 1991 年 7 月 10 日葡萄牙最高法院合議庭裁判，《司法見解匯篇》，第 16 期，第 4 卷，第 14 頁（摘自《澳門刑法典註釋及評述 第二冊》 盧映霞、陳曉疇 譯 第 66 頁）

人遠離犯罪，及藉此維護社會所保障的法益。對行為人將來行為的預測，需要考慮可預測的風險，且有具體的資料予以支持，令人有理由相信會出現正面的、而非負面的情況。只有當法院考慮到行為人的責任、其生活狀況以及案件顯示的其他情節，認為緩刑能適當令行為人遠離犯罪、且法益得以獲得維護時，方可適用緩刑。

簡言之，在符合緩刑的形式要件的前提下，仍須仔細考量相關的實質要件是否得到確認，即：特別預防及一般預防兩個層面。

*

本案，上訴人被判處合共二年九個月徒刑的單一刑罰，符合給予緩刑的形式要件。

是否具備給予緩刑所需的有利因素，需綜合考察行為人的人格、生活狀況、犯罪情節等多種因素。

本案，上訴人在商業活動中因未能保障資金鏈正常銜接導致其開出的支票在法定提示付款期間因存款不足而拒付，造成輔助人(B) 100 萬澳門元實際損失，造成第二被害人的實際損失未能確定，造成第三被害人公司的實際損失亦未能確定，案發之後，上訴人有清還的實際行動，尤其是第三被害人工程款。

比較法借鑒下面的司法見解：

以彌補所造成的損害作為刑罰暫緩執行的條件，是滿足一般預防及特別預防需要的適當途徑。

對於支付賠償，體現為嫌犯彌補其行為所造成的損害而作出的努力，又或甚至是犧牲；它不單具有替代刑的再教育及訓導的內容，還具有調

停的元素，消除犯罪行為所帶來的惡害；基於此，是滿足刑罰目的的最恰當方式，尤其是回應保障法益的需要及穩定社會對打擊犯罪的期盼。

（1999 年 10 月 13 日葡萄牙最高法院合議庭裁判，卷宗編號：665/99）³

*

為了對犯罪者將來的行為作有利的預測，法院應考慮至作出判決時的狀況，而不是實施事實時的狀況。（2005 年 6 月 9 日葡萄牙最高法院合議庭裁判，卷宗編號：1678/04-3^a）⁴

經綜合考察嫌犯所作的事實和情節，實施犯罪的手段，對法益侵害的程度，對被害人造成的財產損害程度，案發前後的表現，尤其上訴人在彌補被害人損失方面的行為和表現，在特別預防方面，可以得出暫緩執行徒刑所需的有利預測，在一般預防方面，給予上訴人緩刑，亦不至於對法制的完整性造成衝擊，也不會動搖公眾對法律制度的信心。

正如前述所強調的，給予緩刑是徒刑的執行方式，並非是一種放寬處理刑罰責任的措施。在符合法律規定的條件下，對行為人給予刑罰的緩期執行，與“制止犯罪發生的一個最有效的手段，並不在於刑罰的殘酷，而在於刑罰的不可避免”之理念是一致的。

本案，單單給予緩刑是不足夠的，因此，根據《刑法典》第 48 條第 2 款及第 3 款、第 49 條第 1 款 a 項及 c 項規定，附加緩刑期間義務輔以實現處罰之目的是必須且適宜及適當的。

基於此，以對事實作譴責並以徒刑作威嚇附加緩刑義務可適當實現

³ 摘自《澳門刑法典註釋及評述 第二冊》盧映霞、陳曉疇 譯 第 68 頁）

⁴ 摘自《澳門刑法典註釋及評述 第二冊》盧映霞、陳曉疇 譯 第 69 頁）

處罰之目的，因此，予以上訴人暫緩執行所判徒刑為期三年，並規定在暫緩執行徒刑期間上訴人須履行以下義務：

- 在判決確定後三個月內，向特區捐獻 5 萬澳門元；以及
- 在判決確定後一年之內，履行本案的民事賠償之裁判，即：向民事請求人(B) 支付財產賠償壹佰零壹萬伍仟壹佰玖拾玖元叁角澳門元 (MOP1, 015, 199. 30) 及延遲利息。

四、 決定

綜上所述，本院裁定上訴人(A)的部分上訴理由成立，改判：

1. 上訴人以直接正犯及既遂方式觸犯一項澳門《刑法典》第 214 條第 1 款及第 2 款 a 項結合第 196 條 b 項之規定及處罰「簽發空頭支票罪(相當巨額) 」(涉及輔助人(C)的第一張支票)，判處一年三個月徒刑；

2. 上訴人以直接正犯、連續犯及既遂方式觸犯一項澳門《刑法典》第 214 條第 1 款及第 2 款 a 項結合第 196 條 b 項之規定及處罰「簽發空頭支票罪(相當巨額) 」(涉及被害人(D))，判處一年六個月徒刑；

3. 數罪並罰，合共判處二年九個月徒刑之單一刑罰。

4. 暫緩執行所判徒刑為期三年，在暫緩執行徒刑期間，上訴人須履行以下義務：

- 在判決確定後三個月內，向澳門特區捐獻 5 萬澳門元；以及
- 在判決確定後一年之內，履行本案的民事賠償之裁判，即：向民事請求人(B) 支付財產賠償壹佰零壹萬伍仟壹佰玖拾玖元叁角

澳門元 (MOP1, 015, 199. 30) 及延遲利息。

*

上訴人須支付 5 個計算單位之司法費，其他訴訟費用負擔減至三分之二。

輔助人(B) 答覆中後補請求得直，其無需支付訴訟費用。

著令通知。

—*—

澳門，2026 年 7 月 23 日

周艷平（裁判書製作人）

簡靜霞（第一助審法官）

盧映霞（第二助審法官）